

## **PEDAGOGO – O PROTAGONISTA DA ESCOLA - NUMA DIMENSÃO TEMPORAL**

Autora: Regina Romanowski Terbai<sup>1</sup>  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sonia Maria Chaves Haracemiv<sup>2</sup>  
Professores do Grupo de Trabalho em Rede<sup>3</sup>

**Resumo:** A intenção deste trabalho é discutir a concepção do profissional pedagogo e a sua prática. Analisando as práticas desses profissionais segundo sua ótica, identificar as atribuições desempenhadas por estes, correlacioná-las com as atribuições prescritas na legislação da Escola de Jovens e Adultos. Na escola, campo de pesquisa, a partir de 2005, quando do ingresso da autora no referido estabelecimento, tem tido lugar amplas discussões em torno do pedagogo. Têm-se questionado a identidade deste profissional, sua formação e sua inserção no trabalho pedagógico nas várias esferas do educativo, para o enfrentamento dos desafios colocados frente às novas realidades da sociedade e da educação paranaense. Estas questões estão sempre voltando ao debate. Diante deste contexto, há necessidade de rever o papel do pedagogo escolar, na intervenção pedagógica na Escola de Jovens e Adultos. Este artigo propõe-se a caracterizar as atribuições que compete a este profissional, rever a aproximação ou o distanciamento destas, frente à legislação prescrita no Regimento Escolar.

**Palavras-chave:** Identidade do Pedagogo; atribuições prescritas e atendidas; Escola de EJA; Organização do Trabalho Pedagógico.

### **Introdução**

O significado etimológico da palavra pedagogo do grego “paidagōgós”, significa escravo encarregado de conduzir as crianças à escola; do latim “paedagōgus”, o que dirige meninos. Podemos constatar com isto, que o termo em questão, já era conhecido na antiguidade. O pedagogo já exercia um fazer, muito antes das inquietações atuais que perpassam os profissionais de hoje e cujo desempenho das atribuições não é claro.

O pedagogo atuante na Educação de Jovens e Adultos, com o título de professor pedagogo, vivencia no dia a dia da escola, a falta de posicionamento frente às funções e

---

<sup>1</sup> Professora-Pedagoga do CEEBJA Poty Lazzarotto. Professora PDE/2007 da UFPR. Especialista em Educação Básica – IBPEX e Educação de Jovens e Adultos – ESAP.

<sup>2</sup> Professora – Doutora do Departamento de Teoria e Prática de Ensino do Setor de Educação, docente do Programa de Pós-Graduação na Linha Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano.

<sup>3</sup> Pedagogas da Rede Estadual de Ensino: Maria Dejanira Perpetua Sanches, Elizabeth de Carvalho Neves, Ivani Dias de Melo, Marcilene de Freitas Nunes, Leda Toledo de Souza, Nilza Seolin, Lucimeire dos Reis Costa, Marizete Aparecida Caumo.

atribuições, como também sente a necessidade de realizar um trabalho conjunto para o desenvolvimento de uma gestão democrática.

Frente à normativa governamental quanto à obrigatoriedade de somente os profissionais pedagogos comporem a equipe pedagógica das escolas, fato desde 2004, há um desconhecimento na escola das atribuições desse profissional, prescritas no Regimento Escolar. Muitos têm a concepção de pedagogo com função de supervisor e outros de orientador de ensino-aprendizagem. Visão do trabalho fragmentado e especializado. O pedagogo é visto como um “tapa buracos”, pois em muitas escolas, na falta de professores, é ele que substitui o professor faltante, devido a inexistência na escola de professor substituto (como que vai deixar os alunos sem professor?), e vai assumindo outras várias funções, ora funções precípuas, ora funções que o escondem das verdadeiras funções que deveria desempenhar, as quais o pedagogo até aceita, porque desempenhando estas funções (burocráticas), não tem tempo para desempenhar suas legítimas funções que são mais envolventes e integradoras e não aceitas pela comunidade escolar.

Existe uma preocupação dos profissionais desta área em firmar suas funções na Educação de Jovens e Adultos, modalidade esta prescrita na Lei de Diretrizes e Bases de Educação Nacional - LDBEN 9394/96.

Por ser a Educação de Jovens e Adultos, modalidade diferenciada de educação, contempla aprendentes diferenciados, conseqüentemente requer professores diferenciados, diretores diferenciados e, por conseguinte pedagogos diferenciados, que não se neguem a exercer funções burocráticas, mas que tenham como objetivo principal da sua prática, a mediação e a organização do trabalho escolar visando à transformação da sociedade que aí está: excludente e desigual.

Este artigo procura desvelar o caminho percorrido pelo pedagogo ao logo do tempo, desde quando aparece o termo que o identifica, até o exercício das suas atribuições atuais e ainda sugere alternativas para o futuro deste profissional, que sabe que para desempenhar suas atribuições com sucesso, terá que enfrentar o cotidiano da escola, munido das ferramentas necessárias adquiridas por uma formação sólida e espírito de pesquisa, gostar de pessoas e objetivar sempre o trabalho coletivo com vistas à intencionalidade de qual homem se quer formar. É no social, no convívio com a comunidade escolar que este profissional irá se modelando:

“Um indivíduo não nasce membro de uma sociedade, torna-se membro, impelido pela dialética do social. Convivendo no mundo, imerso, na inevitabilidade da dialética social. O sujeito vai construindo significados aos acontecimentos objetivos do seu mundo. A construção dos significados garante-lhe participar desse processo” (FRANCO, 2000).

## **DIMENSÃO PASSADO**

A angústia que sentem hoje os profissionais da Pedagogia, vem de muito tempo. Quando no governo de Getúlio Vargas, em 1937, criou-se a Universidade do Brasil com uma Faculdade Nacional de Educação e que pelo Decreto-Lei nº 1190 de 1939, denominou-se Faculdade Nacional de Filosofia, dividida em quatro seções: Filosofia, Ciências, Letras e Pedagogia – Didática. É a primeira vez que é especificado em Lei, o Curso de Pedagogia, cujos egressos eram licenciados para o magistério em cursos normais, oferecendo também, o bacharelado para o exercício dos cargos técnicos de educação, sendo que esses deveriam desempenhar as funções de planejamento, organização e execução do processo educacional. Desde então, já sujeito a críticas, evidenciava que tal curso possuía “um currículo muito genérico e impreciso, quanto ao seu significado real” (MELLO et al., 1983).

Não se pode deixar de fazer algumas considerações a respeito da história da educação no Brasil, visto que existem características inerentes às fases, que irão influenciar na construção da identidade do profissional em questão.

1920 - influência da Pedagogia Católica, com tendências da Pedagogia alemã (Herbart);

1930 – movimento da Escola Nova, influenciado por J. Dewey aparece a Pedagogia ciência da educação;

1950 – influência das teorias educacionais norte americanas “Tecnicismo Educacional”, que irá moldar as tendências até 1970;

Até aí se vê uma “Ético-Pedagogia com caráter normativo, e de disciplina integradora dos vários enfoques de análise do fenômeno educativo. A partir de 1970 em frente, educadores assumem uma posição sociológica e criticam a educação a serviço do capitalismo e a concepção neopositivista da ciência e seus reflexos na educação” (LIBÂNEO, 2005).

O curso de Pedagogia foi regulamentado em 1969, em plena ditadura militar, que orientou tal curso para a formação de profissionais técnico-administrativos, oferecendo habilitações em supervisão, orientação, administração, inspeção e planejamento.

A fragmentação do pedagogo em especialista justificada pelo Parecer 252/69 instituiu as habilitações, que segundo alguns autores estaria reproduzindo a ideologia do mais forte, que ditava as Reformas Universitárias de 1968, influenciando a escola na divisão de trabalho e o

controle, reflexo do capitalismo. É retirado da Pedagogia seu caráter ético-normativo e de disciplina integradora dos enfoques do fenômeno educativo.

A partir de 1970, os educadores apropriados das teorias críticas da sociedade, se opõem à educação capitalista e à concepção neopositivista de ciência refletidas na educação, segundo eles, esse paradigma pedagógico estaria a favor da ideologia dominante.

Em 1980, a revalorização da escola pública, abre através da Associação Nacional de Educação (ANDE), movimentos contra a ênfase reprodutivista, entendendo a escola como lugar de contradições sociais, luta hegemônica de classes, onde se conquista cultura e ciência para lutar contra as desigualdades sociais impostas pelo capitalismo (LIBÂNEO, 2005).

A Associação Nacional de Formação do Pedagogo (ANFOPE), representando o movimento de reformulação dos cursos de formação de educadores, discute e elabora documentos a fim de poder influenciar na formação do professor e na mudança dos currículos, porém esbarra, ora em obstáculos legais, ora na falta de consenso.

## **DIMENSÃO PRESENTE**

A função do pedagogo deve ser vista na relação dialética entre as políticas educacionais influenciadas pelas agências de financiamento (instituinte), e pelo projeto político pedagógico das escolas (instituído) (PAIVA, 2006).

O papel do pedagogo atualmente – generalista – legitima uma função que deve estar ligada às proposições do mundo capitalista e globalizado (KUENZER, 1999).

Este cenário mundial, calcado nas reformas educacionais de 1990, onde agências multilaterais e internacionais ganham forças e expressão, assumem o poder de regular, financiarem e propor políticas, o que no passado ficavam a cargo do Estado.

No Neoliberalismo é retirado do estado o poder da regulamentação econômica, sendo que muitas empresas antes nacionais são privatizadas, o mercado é livre, maior competitividade, dinheiro público é desviado para o privado, direitos sociais são negligenciados, produtividade global que leva a flexibilização dos contratos de trabalho, desemprego, enfraquecimento do sindicalismo, pobreza e maiores diferenças sociais. O poder do Estado é diminuído frente ao

crescimento das agências internacionais subsidiadas por interesses macroeconômicos financiados pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), e pelo Banco Mundial (PAIVA, 2006).

Estes organismos definem as políticas educacionais ditando a nova ordem global: a do mercado e de indivíduos livre para competir, porém deve-se questionar: quem consegue ser livre diante do poder capitalista dos países desenvolvidos, com tecnologias de ponta, e da falta de empregos nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento ou emergentes? A Comissão Econômica dos Países Latino Americanos e Caribenho (CEPAL), situa a educação como principal fator para o desenvolvimento dos países latino americanos, mas não cita a pedagogia como ciência da educação, descaracterizando o papel do pedagogo.

Embora, haja vista, este papel já tenha sido alvo de múltiplas interpretações, não há apresentação clara das suas atribuições. A dimensão política do mesmo, diante das reformas que caracterizam as políticas educacionais, o pedagogo não vem assumindo esta função.

Quando da fragmentação em habilitações, pela lógica economicista, o especialista em educação assume a supervisão, orientação, dualizando o papel do ensino-aprendizagem, fragmentando as relações professor e aluno, burocratizando os processos pedagógicos (FRANCO 2001).

O papel burocrático do pedagogo subestima os destinos e valores educativos, diminui e altera a identidade da Pedagogia “fazendo-a distanciar-se de seus ideais políticos-transformadores e onde seu papel passa a ser apenas o de racionalizar ações para qualificar a eficiência do ensino, na perspectiva instrumental”. A conquista do sentido político e pedagógico do pedagogo que transcende as funções burocratizantes, disciplinadoras e fragmentadora do processo pedagógico, exige a reflexão e tomada de consciência do legítimo papel do pedagogo por parte de toda a escola, no sentido da própria educação assumir-se na condição de emancipadora, articulando nos espaços de contradição um sentido político, social e transformador (FRANCO, 2001).

Neste contexto contrariamente à hegemonia conservadora dos interesses internacionais o papel político do pedagogo deve ser reafirmado, mesmo porque não existe neutralidade em educação, a ação política exige mediações profundas em torno do papel emancipador e não conservador da escola (GADOTTI, 2004).

Numa perspectiva de gestão escolar a legislação de 1990 desencadeou o processo de descentralização que acabou fragmentando, não só o destino do financiamento, mas a

organização curricular, a capacitação docente e o papel da educação. A gestão anunciada, “desprestigia o protagonismo dos pedagogos, coloca o diretor como gerente de recursos, o pedagogo como tecnólogo, a formação docente em treinamento, os professores como facilitadores da aprendizagem, subsumidos pela lógica da sociedade de informação” (FRANCO 2002).

Segundo Saviani, (1993) sendo a escola espaço de formação e de emancipação, deve estar comprometida com o acesso a cultura erudita, apropriação do conhecimento elaborado e ao saber sistematizado. O pedagogo escolar é “aquele que domina sintética e intencionalmente as formas de organização dos processos de formação cultural que se dão no interior das escolas”. O pedagogo tem como função principal à formação e difusão cultural, política e social, uma vez que o processo de emancipação é um processo de tomada de decisão.

O pedagogo é o “intelectual orgânico das massas”, um profissional que compreende a natureza do trabalho coletivo na escola e que percebe a necessidade de pensar a educação neste processo de contradição: contra-hegemônico, que toma por base as condições concretas e articula a educação às relações sociais democráticas e emancipadoras. Um profissional que pensa o papel da escola historicamente, e mediando as relações pedagógicas: professor, aluno, família, metodologia, processo de avaliação, processo de ensino-aprendizagem e a organização curricular (GRAMSCI, apud GADOTTI, 2004).

“A escola é instrumento para elaborar intelectuais de diversos níveis (...) Todos os homens são intelectuais, poder-se-ia dizer então, mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais” (GRAMSCI, 1978).

De acordo com MOREIRA, 1995 o pedagogo é o intelectual transformador para

“tornar o pedagógico mais político: inserir a educação na esfera política onde a escolarização é compreendida como luta em torno de significados e relações de poder (...) tornar o político mais pedagógico: viabilizar no espaço pedagógico relações de dialogicidade, de problematização em torno do conhecimento, tornando-o significativo, crítico e emancipatório, dado voz às culturas e histórias silenciadas pelo currículo oficial”.

Segundo GIROUX e MACLAREN, 1995 as escolas são,

“terrenos ideológicos e políticos a partir dos quais a cultura dominante “fabrica suas certezas”; mas também lugares onde grupos dominantes e subordinados se definem (...) em um intercâmbio incessante, em respostas às condições sócio-históricas “propagadas” nas práticas institucionais, textuais e vivenciais que caracterizam a cultura escolar...”.

Por ser a escola espaço de produção de sujeitos (LOURO, 1995),

“a escola marca a vida dos educandos e educadores, não só no momento do trabalho (...) do ensino-aprendizagem, mas também nos corredores, e organizações internas; nas suas ações rotineiras ela produz e reproduz sujeitos os quais constroem suas respostas, resistências e adesões”.

Segundo (FRANCO, 1986), “o papel da escola que aí está forma, sim, mas para ser subalterno e não para ser dirigente...”.

Uma concepção de educação voltada para um projeto de sociedade não excludente, alienador, reacionário ou conservador, uma educação que embora não vá conseguir transformar por si só o abismo social promovido pelo avanço neoliberal, deve formar consciências. Um projeto de educação coletivo, democrático, comprometido com o acesso das classes populares ao conhecimento sistematizado, deve ser mediado pela ação pedagógica no sentido de lutar por políticas educacionais pela via do projeto pedagógico da escola (GRAMSCI, apud GADOTTI, 2004).

O papel do pedagogo deve ser o de articulador e organizador do fazer pedagógico, na e da escola. Deve garantir uma coerência e uma unidade de concepção entre as áreas do conhecimento respeitando suas especificidades (PAIVA, 2006).

Cabe ao pedagogo envolver toda equipe escolar na definição dos princípios e finalidades da educação, elaborando coletivamente o Projeto Político Pedagógico, não esquecendo a influência da intencionalidade como forças integradora e organizadora da prática que deve estar calcada sobre características do contexto, necessidade, teoria, ações burocráticas servindo de base para uma ação coletiva, que não aceita análises estanques (FRANCO, 2001).

“Por definição, o pedagogo não pode ser nem um puro e simples prático nem um puro e simples teórico. Ele está entre os dois. A ligação deve ser ao mesmo tempo permanente e irreduzível, por que não pode deixar um fosso entre teoria e a prática. É esta abertura que permite a produção pedagógica. Em consequência, o prático em si mesmo não é um pedagogo, é mais um utilizador de elementos, de idéias ou de sistemas pedagógicos. Mas o teórico da educação como tal não é também um pedagogo; pensar o ato pedagógico não basta. Somente será considerado pedagogo aquele que fará surgir um “mais” na e pela articulação teoria-prática na educação. Tal é a caldeira da fabricação pedagógica (HOUSSAYE, apud LIBÂNEO, 1996).”

A discussão em torno da legitimação do papel do pedagogo e da escola traz de volta a urgência de pensar o coletivo com todos os profissionais da escola, a comunidade escolar, pais e alunos, tenham claras as especificidades e generalidades da função pedagógica que embora não negligencie as relações mais pontuais, não secundarize a sua função mais importante no que diz respeito ao contorno social econômico e político que situa o papel da escola hoje (PAIVA, 2006).

Neste contexto, foram delineadas as funções do pedagogo em torno de:

- organizar equipe e plano de ação;

- analisar e orientar a organização curricular da escola;
- identificar problemas dialogar e distribuir responsabilidades;
- estabelecer prioridades;
- possibilitar a ampliação de conhecimentos sobre a educação para todos os envolvidos;
- apoiar a ação docente;
- propor e pensar coletivamente medidas alternativas para alcançar os objetivos de ensino–aprendizagem (FRANCO 2002).

Estas reflexões e sistematizações em torno do papel do pedagogo construído pelos próprios pedagogos, sendo que a Pedagogia hoje deve ser:

A ciência que organiza ações, reflexões e pesquisas na direção das principais demandas educacionais brasileiras contemporâneas, com vistas à:

- qualificação da formação de docentes como um projeto político – emancipatório;
- organização do campo de conhecimento sobre a educação, na ótica do pedagógico;
- articulação científica da teoria educacional com a prática educativa;
- transformação dos espaços potenciais educacionais em espaços educativos/formadores;
- qualificação do exercício da prática educativa na intencionalidade de diminuir práticas alienantes, injustas e excludentes encaminhando a sociedade para processos humanizadores, formativos e emancipatórios;

Ao referir-se à formação do cientista educacional, está se referindo à formação de um profissional:

- capaz de organizar, acompanhar e avaliar processos institucionais de forma a transformar a prática educativa mecânica, alienada e técnica, em práxis educativa comprometida social e politicamente;
- capaz de responsabilizar-se na organização e direção de projetos de formação inicial e contínua dos educadores da sociedade, docentes e não docentes;
- que transforme saberes da prática educativa em saberes pedagógicos, cientificando o artesanal do fazer da prática em saberes pedagógicos;
- que organize processos de pesquisa de cunho formativo-emancipatório de forma e estruturar as inovações educativas pressentidas como necessárias, a partir das demandas emanadas da práxis;
- que na escola, seja o mediador de processos administrativos e pedagógicos, quer na gestão, supervisão, orientação, acompanhamento e avaliação do projeto político pedagógico da unidade escolar, bem como estabelecendo e articulando as vinculações da escola com a comunidade e sociedade;
- que seja o organizador privilegiado do campo de conhecimento da Pedagogia e interlocutor preferencial nas articulações e construções coletivas com ciências afins;
- profissional empenhado na busca de respostas à construção de práticas educativas inovadoras que cumpram seu papel social na humanização dos cidadãos;
- integrador dos demais espaços educativos com o espaço escolar na busca de uma nova lógica educacional capaz de reconduzir a representação de ensino como transmissão de informação para concepções que priorizem a articulação dialética entre ser, saber e construir novas configurações de existência;
- profissional enfim, envolvido com a construção de profissionalidade docente, na busca de condições políticas e institucionais favorecedoras de novas e significativas relações sócias desejadas pelo coletivo” (FRANCO 2001).

## **DIMENSÃO FUTURO**

Difícil é prever o futuro, ainda mais se tratando de carreira profissional. É possível vislumbrar um futuro para os profissionais da Pedagogia: uma formação de qualidade, uma busca por aperfeiçoamento e atualização, que possam refigurar suas identidades.



As Universidades têm uma grande responsabilidade na formação dos profissionais em questão. Esse profissional deve ter perfil de gestor e pesquisador, “entendendo que educar pela pesquisa tem a característica de movimento, e isso sustenta prática profissional como forma de conceber a construção do professor em um processo histórico sempre inacabado” (FREIRE, 1997). Quanto à especificidade e função

“se define pela intervenção em processos pedagógicos intencionais e sistematizados, transformando o conhecimento social e historicamente produzidos em saber escolar selecionando e organizando conteúdos a serem trabalhados com formas metodológicas adequadas, construindo formas de organização e gestão dos sistemas de ensino nos vários níveis e modalidades e participando do esforço coletivo para construir projetos educativos, escolares ou não, que expressem os desejos do grupo social com o qual está comprometido” (KUENZER, 1998b).

O pedagogo deve ter distintas posturas diante das necessidades do dia a dia escolar. É preciso trabalhar no sentido de modificar o estereótipo que se tem do pedagogo mágico, dono de varinha de condão, capaz de mudar comportamentos inconvenientes de alunos, resolver questões de dimensões familiares, mudar solitariamente o jogo difícil das relações discentes e docentes da escola.

Este profissional deve atuar articuladamente com todos os envolvidos no processo pedagógico, não privilegiando somente ocorrências burocráticas, sob pena de uma atuação pedagógica amorfa. O pedagogo deve ser visto numa multidimensão social-política, humana e cultural.

O professor pedagogo deve ser visto como mediador na interação com professores e alunos, devendo observar e perceber os problemas e dificuldades para que, no coletivo, possam ser pensadas as ações que conduzam aos caminhos para equacionar tais problemas, que dizem respeito à escola.

Não almejamos ser nem mais, nem menos, que nenhum outro profissional do lócus educacional. Somos tão importantes quanto a tia do cafezinho, diretor ou professor. Já há algum tempo vem se buscando firmar as atribuições do pedagogo nas escolas regulares, muitos profissionais já obtiveram êxito nas suas performances. Na EJA, buscaremos desenvolver um trabalho, diferenciado, organizando o espaço escolar, assessorando o professor nas dificuldades vivenciadas em tal espaço, adaptando alunos, os quais voltam a se incluir na mesma escola que um dia os excluiu, enfim buscando o desenvolvimento das atribuições prescritas no Regimento Escolar.

Não há receitas, há caminhos... penso, que é com um olho na teoria e o outro na pesquisa que conseguiremos reverter a falta de posicionamento deste profissional da escola: o pedagogo.

Pimenta (1997:42), realça que a tarefa de reconstrução identitária permite e intensifica o processo de mobilização dos saberes das experiências, uma vez que uma “identidade profissional constrói-se, pois, com base na identificação social da profissão;...” mas constrói-se também, “pelo significado que cada professor, como ator e autor conferem à atividade docente em seu cotidiano com base em seus valores, seu modo de situar-se no mundo, sua história de vida, suas representações, seus saberes, suas angústias e seus anseios...”.

Para finalizarmos, emprestamos da dialética tal conceito: “Identidade é movimento, é o desenvolvimento do concreto. Identidade é metamorfose. É sermos o Um e um Outro, para que cheguemos a ser Um, numa infundável transformação” (FRANCO 2000).

## **REFERÊNCIAS**

ENGEL, G. I. **Pesquisa-ação Educar**; Curitiba, n. 16. p. 181-191. Editora da UFPR 183.

FRANCO, M. A. R. S. **A Pedagogia como ciência da educação: entre práxis e epistemologia**. 2001. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo. São Paulo.

\_\_\_\_\_. **História de vida: Uma abordagem emancipatório aliando pesquisa e formação de professor reflexivo**. [www.educacaoonline.pro.br/artigos](http://www.educacaoonline.pro.br/artigos).

\_\_\_\_\_. **Nas trilhas e tramas de uma escola pública: abordagem fenomenológica de um relato de experiência**, 1996. Dissertação (mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Práxis**. 4ª ed. – São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2004.

\_\_\_\_\_. **Educação e Poder: Introdução à Pedagogia do Conflito**. 10ª ed. – São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1991.

GIROUX, H. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**, (Introdução: Os professores como intelectuais) Trad. Daniel Bueno, Porto Alegre, Artes Médicas, 1997.

KUENZER, A. **As políticas de formação: a construção da identidade do professor sobrando**. Educação & Sociedade. 68 CEDES. Campinas, 1999: 163-183.

**LIBÂNIO, J. C. Pedagogia e Pedagogos, para quê? 8ª ed. – São Paulo, Cortez, 2005.**

**NISKIER, A. LDB: a nova lei da educação: tudo sobre a lei de diretrizes e bases da educação nacional: uma visão crítica. 6ª ed. Rio de Janeiro, Edições Consultor, 1997.**

**PAIVA, E. F. de. O papel do pedagogo no contexto das políticas educacionais e do cotidiano escolar para além do bombeiro, o cientista da educação. Curitiba – NRE – SEED – s.d. 7p. (mimeo).**

**PIMENTA, S. G. O pedagogo na escola pública. 3ª ed. – São Paulo, Edições Loyola, 1995.**